

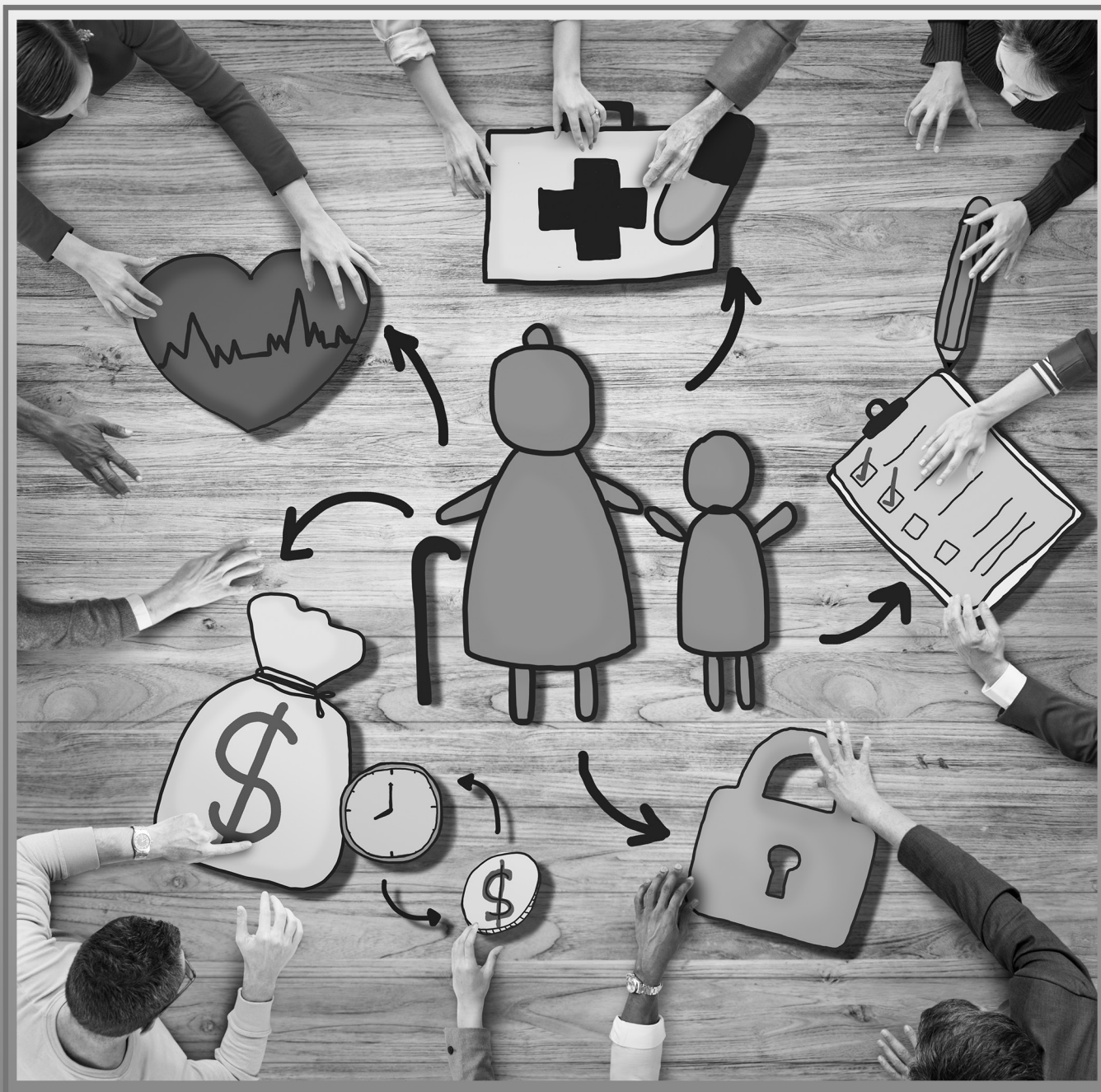


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^ª Dr^ª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Dr^ª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^ª Dr^ª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira
Serviço Social do Comércio- Sesc

RESUMO: Durante anos o trabalho social com famílias foi relegado, porém na atualidade ele se apresenta como alvo de intervenção do Serviço Social, de forma inegável, pois atuar com atendimento a famílias previne a exposição a maiores riscos e a aumento da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social, famílias, questão social, populações rurais e urbanas.

ABSTRACT: For years, social work with families has been relegated, but nowadays it presents itself as a target of Social Service intervention, in an undeniable way, since acting with care families prevents exposure to greater risks and an increase in social issues.

KEYWORDS: Social Assistance, families, social issues, rural and urban populations.

1 | INTRODUÇÃO

O Mesa Brasil Sesc é uma rede nacional de bancos de alimentos que atua contra a

fome e o desperdício. Um de seus objetivos é contribuir para a melhoria na qualidade de vida de indivíduos em situação de vulnerabilidade, promovendo ações de cidadania com foco na inclusão social. É um programa de Segurança Alimentar e Nutricional que possui em suas bases a ação educativa e a distribuição de gêneros alimentícios.

Sua sede está localizada no estado do Rio de Janeiro em Madureira desde o ano 2000. Em sua essência o Mesa Brasil atua “retirando onde sobra e entregando onde falta”, assim contribui para combater o desperdício de alimentos, bem como assegura a complementação de refeições para: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de 82 municípios do Estado.

O Mesa Brasil é um programa que atua diretamente alinhado à Política Nacional de Assistência Social, bem como a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Nas referidas políticas encontraremos o debate sobre a alimentação como um direito que deve ser assegurado, sobretudo para os núcleos familiares.

Há diversos autores que escrevem a respeito do tema família e na Política de Assistência ela é tratada como tema central.

Ao observarmos o que diz Teixeira podemos identificar a família no centro não apenas na política de Assistência, mas também em outras políticas públicas: “A família assume a centralidade nas políticas sociais, em especial, na assistência social, o que tem reatualizado as demandas de trabalho socioeducativo com grupos de famílias”. (TEIXEIRA, 2010, p. 01)

Tendo como referência a PNAS (Política Nacional de Assistência Social - 2004) e a retomada do trabalho social com famílias, o programa Mesa Brasil Rio propõe ampliar a sua atuação nesta frente de trabalho, na qual faz-se necessária a integração e intervenção do Assistente Social:

“A incorporação da família como referência na política social brasileira reavivou o debate em torno do trabalho com famílias, que por muito tempo ficou relegado a segundo plano no âmbito do Serviço Social brasileiro. A secundarização desses temas família e trabalho com famílias tem sido atribuída, por um lado, às exigências teórico-metodológicas impostas para a consolidação da profissão nos marcos da teoria social crítica e, por outro, pela pecha de conservadorismo que marcaram essas temáticas no pós reconceituação. Por isso, impõem-se nesse momento o grande desafio de demarcar tanto o foco de estudo sobre família que interessa ao campo do Serviço Social – enquanto profissão e área de conhecimento -, como a construção do debate em torno do trabalho com famílias ancorado nas premissas teóricas metodológicas da teoria social crítica”. (MIOTO, 2010, p.01)

Durante muitos anos houve uma negação quanto à necessidade de realizar um trabalho social com famílias, porém a partir do período da pós reconceituação do Serviço Social até os dias atuais considerou-se como fundamental a retomada da atuação do profissional de Serviço Social frente aos grupos familiares, principalmente com o olhar voltado ao fortalecimento de vínculos, de modo a evitar o rompimento dos mesmos, pois o romper destes elos contribui para um agravamento das mazelas sociais, o que conseqüentemente poderá: contribuir para o aumento da população em situação de rua, ampliar a violência doméstica e familiar, gerar o crescimento do número de abusos à crianças, adolescentes, idosos e muitas outras expressões da questão social se mostram latentes.

Partindo-se da premissa que é necessário que todo cidadão seja alcançado pelas políticas públicas setoriais, não apenas pela Política de Assistência Social (universalidade – objetivo que norteia a Seguridade Social dados pela CF/88), pois além disto, a garantia da cidadania plena implica no acesso e articulação entre as diversas políticas públicas para atender as muitas necessidades sociais desta população no conjunto da sociedade brasileira.

Neste ensaio pretendemos realizar um breve levantamento sobre o trabalho social com famílias, a partir da sua inserção em diversas políticas públicas, principalmente na Assistência Social, que temos por foco, como citado anteriormente, pretendemos destacar os pontos mais relevantes desta para o aprofundamento de nosso debate, porém isto não exclui a realização de um comparativo entre o acesso destas famílias a outras

políticas públicas, pois sabe-se que a Política de Assistência Social não está isolada mais pertence a um tripé, o da Seguridade Social, onde estão também às políticas de Saúde e Previdência Social, cada uma dessas com seus critérios de acesso.

Capítulo I – A historicidade: breve panorama da política nacional de assistência social -1988/2012

A Política Nacional de Assistência Social ganha novas nuances com a Constituição Federal de 1988 que coloca a assistência como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. A partir dela a Assistência passou a ser considerada como política pública, participante do tripé da Seguridade Social, portanto um direito dos cidadãos que dela necessitarem, conforme o texto da Política Nacional de Assistência Social:

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Essa perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social. (PNAS, 2004, p.10)

Nessa perspectiva pode-se dizer que a Constituição Federal de 1988, intitulada Constituição Cidadã, inaugurou a Assistência Social enquanto política pública, além disto, esta trouxe muitos avanços no que diz respeito aos direitos sociais. A Assistência Social está prevista nesta legislação como um direito que deve ser garantido gratuitamente e sem contribuição prévia aquele que dela necessitar.

1.1 A política nacional de assistência social

A Política Nacional de Assistência Social se direciona ao que dela necessitar, que por ventura encontrem-se em situações de vulnerabilidade transitória ou em longa permanência, sujeitos sociais, sem acesso aos serviços, que são seus por direito, a mesma reforça a necessidade de se reconhecer a população como sujeitos coletivos, superando assim, a compreensão de “vulnerabilidades sociais” enquanto uma expressão de casos individuais pela sociedade com bases capitalistas.

Desta forma, destaca-se um ponto inovador, o de entender que cada sujeito possui além de necessidades, potencialidades e capacidades que podem e devem ser fortalecidas e estimuladas para que cada um seja um agente da sua mudança através da participação social. Para tal a política pública de Assistência Social trabalha com a perspectiva de compreender o sujeito, o meio e a matriz inicial e primeira, que é a família.

Família esta que possui diversos significados, a partir da abordagem que cada autor atribui a ela. Na LOAS e PNAS a mesma possui um valor central, pois pensa-se e elabora-se a Política de Assistência Social baseada na proteção, prevenção e promoção social, conforme descrito no texto da Política Nacional de Assistência Social:

“Ou seja, a centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho

universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária”. (PNAS, 2004, p. 36)

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) regulamenta a Assistência Social como política pública e reforça a relevância desta política na composição do tripé da Seguridade Social junto às políticas de Previdência Social e Saúde. Estar inserida nesse tripé confirma o caráter de proteção social instituído a partir da LOAS e está descrito na PNAS: A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. (PNAS, 2004, p. 25)

A proteção social é uma estratégia de atendimento à população através da primazia do Estado, por meio das diversas políticas públicas setoriais – sociais e econômica – efetivada nos serviços, programas, projetos e ações socioassistenciais ofertado pelo poder público, bem como pela articulação com a rede existente em cada território – não governamental e ou privada – uma rede ampla e articulada na prestação dos diversos serviços bem como de acompanhamento de toda população. No caso da Assistência Social esses serviços voltam-se a parcela da população que necessita de seu atendimento, com vistas a proteger esses grupos garantindo a estes meios de sobrevivência, autonomia, acolhimento, convívio com o núcleo familiar.

A Política de Assistência Social prima por preservar alguns desses aspectos, principalmente no tocante ao convívio familiar, pois a mesma entende que para um desenvolvimento pleno dos sujeitos, eles não podem ser tratados individualmente, antes devem ter a participação valorizada no núcleo familiar, pois isto é fundante nos seres humanos, é nessa relação de convívio que inicia-se a formação de sua identidade, uma base primária de socialização como membro de uma família, logo também como membro de uma sociedade.

Vale ressaltar que a família é também um espaço de relações contraditórias e que muitas vezes pode ser lócus de não desenvolvimento de seus potenciais e das suas subjetividades, já que ocorrem em seu seio violações de direitos.

A Assistência Social configura-se em uma política que representa responsabilidades do Estado para com os cidadãos, segundo a Política Nacional de Assistência Social e ressalta que a valorização da família e sua preservação e reconhecimento de suas potencialidades são pontos fundamentais do trabalho promovido pela Política de Assistência Social no Brasil, quando se fala em família isso inclui todos os seus membros idosos, adultos, crianças, adolescentes.

A Política Pública de Assistência Social deve agir em conjunto com outras políticas setoriais e também com as instituições da sociedade civil, as chamadas instituições do Terceiro Setor. Para que uma instituição preste serviços de assistência é necessário seguir

alguns critérios segundo a LOAS: Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. (LOAS, 2004, p. 01)

Entende-se então, que a rede de serviços de Assistência Social está dividida em: instituições de atendimento socioassistencial, assessoramento aos seus beneficiários, defesa e garantia de direitos. Todas estas instituições têm por objetivo final a promoção da cidadania com a oferta de serviços, projetos, programas com vistas a promoção social dos indivíduos e núcleos familiares. As instituições de Assistência Social são fundamentais, pois formam uma rede de serviços a serem disponibilizados aos usuários que necessitem de atendimento pela Política de Assistência Social.

A LOAS possui em sua descrição os princípios sob os quais esta se firma para propor uma atuação efetiva aos usuários de seus serviços. Estes princípios constam em seu capítulo 02 (dois) no artigo 4º que se refere a: “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”. Enfim a LOAS prevê um atendimento igualitário para todos os seus usuários, residentes em áreas rurais ou urbanas, garante que estes devem ter condições iguais de acesso à política pública de Assistência Social independente do local onde vivem. Ressalta-se este ponto, pois o presente estudo visa propor a atuação do Programa Mesa Brasil frente ao trabalho social com famílias, sendo estas, também habitantes de áreas rurais, identificar como as mesmas tem sido assistidas pelas políticas públicas, bem como por outros serviços complementares, pois sejam núcleos urbanos ou rurais todos tem direito a políticas públicas, oferta de programas e serviços de qualidade conforme destacou-se anteriormente, a legislação prevê que todos sejam atendidos de forma igualitária sem nenhum tipo de distinção pela distância de suas moradias. A Política pública de Assistência de acordo com o texto legal:

[...] realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (PNAS, 2004, p. 27)

A Política Pública de Assistência Social não atua isoladamente, antes opera em conjunto com as outras políticas setoriais, tais como: habitação, educação, saúde, trabalho e renda que são algumas delas. Pois é fundamental que haja esta integração, pois muitas vezes há demandas que se apresentam e necessitam de uma intervenção integrada em virtude do grau de sua complexidade. A Política Pública de Assistência Social possui objetivos específicos quanto ao atendimento de seus usuários, entre os quais destacam-se:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens

e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária; (PNAS, 2004, p. 27)

Então os usuários deste serviço são aqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social, ou seja, aqueles que estão com necessidades sociais e econômicas e/ou com seus vínculos familiares e afetivos fragilizados ou mesmo rompidos (não) associados a diversas formas de discriminação – por questões de gênero, raça e sexualidade, pessoas com deficiência, dependentes químicos, indivíduos vítimas de violência e ainda os excluídos socialmente pela pobreza pelo decesso as políticas públicas, logo os fora do mercado de trabalho formal ou informal, população em situação de rua, pedintes e entre outros segmentos sociais.

Capítulo II– a assistência social e os serviços de proteção básica e especial

A proteção social básica opera no sentido da prevenção, pois visa à oferta de serviços, programas e projetos para potencialização das capacidades dos sujeitos e seus grupos familiares. De acordo com cada vulnerabilidade apresentada os serviços, programas e projetos são ofertados, pois cada situação de risco e vulnerabilidade requer intervenções diversificadas.

Os projetos e programas contam com a pactuação das três esferas de governo onde cada uma delas assume responsabilidades quanto Gestão da Política de Assistência Social. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) são produtos do co-financiamento entre as três esferas de governo e vem apresentando resultados concretos junto à sociedade brasileira.

O PAIF é o serviço ofertado pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, e o PAEFI os serviços ofertados pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, serviços que constituem a rede socioassistencial nos municípios em que oferta um conjunto de ações integradas direcionadas às famílias assistidas pelo CRAS e CREAS.

A rede socioassistencial, por meio destes serviços, possui um caráter de continuidade, com objetivo de mediar o acesso e ampliar a garantia dos diversos direitos sociais, fortalecendo os seus vínculos familiares e comunitários a fim de contribuir para melhoria na qualidade de vida de seus assistidos, e buscar a promoção social desses.

Dentre os serviços ofertados pelo CRAS destacam-se: entrevista familiar, serviços sócio-educativas, visitas domiciliares, grupos de convivência, reuniões e ações comunitárias, deslocamento da equipe para o atendimento as populações quilombolas, indígenas, em calhas de rios e zonas rurais.

A proteção social básica é ofertada diretamente no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e em outros órgãos públicos da Política Nacional de Assistência Social.

Segundo a PNAS a definição de CRAS é:

[...] CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social. (PNAS, 2004, p.29)

Enfim o CRAS é responsável pelo acompanhamento e atendimento de famílias e indivíduos que encontram-se em situação de risco e vulnerabilidade social. Os técnicos que atuam no CRAS devem possuir uma compreensão que vá além da mais comum visão societária, pois o trabalho com as famílias deve considerar muitos aspectos, sabendo-se respeitar os novos modelos e arranjos familiares, ultrapassando a visão de família tradicional ou nuclear.

As diversas situações que se apresentam no CRAS são as mais variadas, e por muitas vezes os profissionais irão atender famílias que são formadas por mãe, filhos e netos, que diferem da formação tradicional, pai, mãe e filhos. E é neste novo cenário que a Política de Assistência Social atuará. Onde não raro, as famílias podem ou não ser capazes de assumir as responsabilidades a elas atribuídas.

A equipe do CRAS não deve apenas dar conta da efetivação do PAIF, mais também realizar atendimentos e orientações a população relativa à sua área de abrangência, a mesma precisa operar junto às redes de proteção social do local, instituições públicas, privadas e ONG que trabalhem com a questão da assistência. O CRAS também encaminha seus usuários para as outras políticas públicas, conforme a sua necessidade. Alguns dos serviços de proteção social básica, ofertados pelos CRAS são:

Programa de Atenção Integral às Famílias; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (PNAS, 2004, p.30)

Pretende-se a partir deste ponto tratar então sobre a proteção social especial. Por que proteção social especial? É importante destacar que com as desigualdades sociais aguçadas, a grande concentração de renda por poucos e as expressões da pobreza experimentada pela grande maioria populacional implica na exclusão social, um fenômeno presente na sociedade capitalista moderna estudado por alguns pesquisadores sociais.

Segundo a autora Joana Louro, (2010) a exclusão social é um fenômeno muito presente na atualidade, a mesma pode ser explicada como um conjunto de ausências, como as condições econômicas para sobrevivência, que delimitam outros aspectos da

vida, e geram isolamento, limitação no acesso aos direitos sociais e civis, precarização das condições de acesso à serviços básicos. A exclusão pode manifestar-se em diversos níveis, político, cultura, social e outros, porém é comum que ela abranja mais de um desses ao mesmo tempo. Ficando então as relações dos indivíduos com seus núcleos familiares totalmente fragilizadas.

Diante deste cenário a proteção social especial entra em cena para acompanhar as famílias que necessitem dos seus serviços, uma vez que estão em situação de comprometimento ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, paralelo a situação de violação de direitos. As questões como a dependência química, abuso sexual, abandono, situação de rua, e outras, são situações que requerem os serviços da proteção social especial. Conforme o texto da política nacional de assistência:

Assim, as linhas de atuação com as famílias em situação de risco devem abranger, desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade. As situações de risco demandarão intervenções em problemas específicos e, ou, abrangentes. Nesse sentido, é preciso desencadear estratégias de atenção sócio-familiar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. (PNAS, 2004, p. 31)

Então o trabalho desenvolvido pela proteção social especial é de fato muito complexo, pois os vínculos, a noção de pertencimento por parte dos sujeitos na maior parte das vezes, está totalmente esfacelada.

O papel dos profissionais que atuam na proteção social especial é contribuir para o restabelecimento desses vínculos, fortalecer as relações interpessoais, permitir acesso as demais políticas, incluindo o mesmo e suas famílias na sociedade, gerar assim autonomia para entender-se como alguém capaz de ser sujeito de sua própria história, através da participação social.

No Brasil em meados do ano de 2015 instaurou-se uma crise econômica forte, que desencadeou uma série de fragilidades em diversos âmbitos, principalmente no tocante as políticas públicas e a garantias de direitos essenciais à população, o chamado Estado de bem-estar-social, entrou em colapso e assim o olhar sob as famílias ganhou novas nuances, passando a considerar a mesma como responsável pelo sucesso ou fracasso de seus núcleos familiares.

“A crise do Estado de Bem-estar social tem contribuído para a redescoberta da família das redes primárias e da comunidade como atores fundamentais na efetivação das políticas sociais. A família é cada vez mais objeto de atenção das instituições governamentais e dos cientistas sociais pela grande quantidade de atividades de proteção, ajuda e cuidado que ela desenvolve”. (SERAPIONI, 2005, p. 243).

Na contramão deste olhar de culpabilização das famílias está a política de Assistência Social, que vem sendo aprimorada ao longo dos anos e prevê um atendimento baseado na centralidade da família, direcionada a atenção básica e na proteção social das mesmas,

ofertando: serviços, orientação e equipamentos sociais que representam espaços para a sua socialização e acolhida.

“A política de Assistência prevê um novo desenho da Política de Assistência Social busca romper com a tradição de atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados, voltados para situações limites extremas, assumindo uma dimensão preventiva, em nível de atenção básica, além daquela dirigida para situações de média e alta complexidade, quando o risco ou violação de direitos já ocorreu. Há, entre seus princípios estruturadores, a matricialidade sociofamiliar como antídoto à fragmentação dos atendimentos, como sujeito à proteção de uma rede de serviços de suporte à família”. (TEIXEIRA, 2010, p.5)

Segundo a autora a forma com que incorporamos o tema família nos debates das políticas públicas é que definirá os tipos de serviços, programas e projetos que irão ser realizados para contemplar as mesmas. A equipe de Serviço Social do programa Mesa Brasil Rio optou por considerar a família, segundo a referência da PNAS (2004), onde a família é central e é alvo de um conjunto de ações integradas com vistas à proteção social integral.

Neste cenário o Mesa Brasil se apresenta como um dos atores sociais, presente na sociedade atual, disposto a ser um equipamento instrumentalizado, com equipe técnica qualificada para o atendimento as demandas das famílias, assistidas pelas instituições sociais cadastradas. De modo a propor um serviço diferenciado para os núcleos familiares, onde não apenas ocorrerá uma oferta de gêneros alimentícios, porém, a mesma estará associada a prática de ações educativas de aproveitamento integral dos alimentos, a criação de oficinas de fortalecimento de vínculos e apoio social. As medidas previstas têm por finalidade contribuir para a geração de portas de saída e o empoderamento dos núcleos familiares.

Os esforços deste projeto piloto do Programa serão direcionados em atender famílias referenciadas em instituições do Município de Duque de Caxias e famílias rurais da região de Nova Friburgo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. **Populações Tradicionais e proteção dos Recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>> em 07/07/2012> Acesso em: 05 de julho de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

BRASÍLIA (Estado). Lei nº8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lex: Lei Orgânica da Assistência Social**. 2004. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacao-federal/LOAS.pdf>> Acesso em: 13 de julho de 2012.

BRASÍLIA (Estado). Resolução nº 269 de 13 de dezembro de 2006. NOB-RH- SUAS. **Norma Operacional Básica**. MDS. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/informativo-suas/042/NOB-RH SUAS%20ANOTADA%20E%20COMENTADA.pdf](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletins/informativo-suas/042/NOB-RH%20SUAS%20ANOTADA%20E%20COMENTADA.pdf)> download&q=nob+rh+a notada+e+coment&ei=BSdwUPD1CJTU8wT3nYGGDQ&usq=AFQjCNEqapFdfhzp91NjsTFzFqDfm_cOPA>

Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASÍLIA (Estado). Resolução nº 130 de 15 de julho de 2005. NOB-SUAS. **Norma Operacional Básica da Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>> Acesso em: 09 de julho de 2012.

ITABORAÍ, Natalie Reis. **A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas**. 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Nathalieltaborai.pdf>> Acesso em: 07 de julho de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. PNAS- **Política Nacional de Assistência Social**. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas.pdf/view>> Acesso em: 10 de abril de 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

OBSERVATÓRIO JOVEM UFF - **É minha Terra**. 2012. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/549UH2WD67N3/Marambaia--%C3%89-minha-terra>> Acesso em: 20 de agosto de 2012.

ROMERO, Juliana Maria; LIMA, Cristina de Araujo.; SCHEER, Sérgio. **Relocação de moradores de habitação de interesse social sob a ótica da assistência social**. 2010. Disponível em: <<http://www.joaobn.com/chis/Artigos%20CHIS%202010/012-B.pdf>> Acesso em: 05 de julho de 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria: **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para reconstrução em bases críticas**. 2010.

MIOTO, Regina Célia: **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. In: Revista Serviço Social REV., LONDRINA, V. 12, N.2, P. 163-176, JAN./JUN. 2010

SERAPIONI, Mauro **O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais**, CEARÁ, 2005.

ROLIM, Dayana Cury. **Efetividade do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social: Limites, Potencialidades e Desafios**. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SILVA, Sônia. **Avanços e Limites do Programa Bolsa Família em Itaguaí**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TAKASHIMA, G. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In. KALOUSTIAN, S M (org). **Família Brasileira a base de tudo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF (1998)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020